

## REFLEXÕES PARA SE TER CONSCIÊNCIA NEGRA

**Latoya de Oliveira Costa<sup>1</sup>**

**I**númeras vezes esquecemos que o Brasil foi o último dos países das Américas a abolir a escravidão, o que impactou na construção da nossa sociedade e os fatos históricos que construíram as desigualdades existentes. Temos dificuldades em entender que durante três séculos, quase quatro séculos, as pessoas negras foram tratadas como mercadorias, e que construíram as riquezas desse país sem ter acesso as mesmas. Será que temos real consciência dos impactos que a forma como nossa sociedade foi construída, ao longo da sua história, os quais diminui, explora e criminaliza um determinado povo, baseado em suas características físicas, culturais e religiosas?

Quando chegamos no mês de novembro, todos os anos, observamos inúmeros movimentos ao longo do país remetidos ao Dia Nacional da Consciência Negra e, alguns assuntos discutidos sobre a história de força e representatividade de Zumbi dos Palmares. Porém, qual o verdadeiro sentido por trás dessa data? Qual a consciência que devemos ter quando falamos em Consciência Negra, na luta antirracista?

Zumbi dos Palmares marcou a história do Brasil sendo um dos maiores líderes quilombolas que já lutou pelos direitos do Povo Preto, seu reconhecimento e libertação. Zumbi dos Palmares foi assassinado em 20 de novembro de 1695, simbolizando então o Dia Nacional da Consciência Negra. Atualmente essa data é feriado nos estados de Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo.

Historicamente, após a invasão dos europeus em terras brasileiras em 1500, o racismo vem sendo combatido, mas ao mesmo tempo “modernizado”, sendo tão sorrateiro e sucinto, que a própria vítima é acusada de estar se vitimizando ou até mesmo se auto criminalizando, mesmo o racismo estrutural ainda matando demasiadamente a juventude preta, as mulheres pretas e os homens pretos.

<sup>1</sup> Assistente Social, especialista em Gestão de Projetos Sociais. Atua como Perita no Tribunal de Justiça de Santa Catarina e na Política de Habitação no Município de Florianópolis. Conselheira da atual Gestão do CRESS SC “Coragem na luta, ética no olhar, esperar e não recuar - 2023-2026”. Segunda vogal do Conselho Fiscal e Coordenadora do Comitê de AS no Combate ao Racismo. Integrante do Coletivo Negro de Serviço Social, Magali da Silva Almeida.

Será que ao analisarmos os altos índices de morte da população preta, mortes essas na sua grande maioria de forma violenta e desigual, observamos o impacto disso na estrutura social? Ou simplesmente não temos tempo e nem vontade para pensar e mudar essa realidade?

Se formos analisar os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, se deparar com o fato de que, mais de 53% da população brasileira se autodeclaram pretas e pardas, é importante destacar que não existe “minoridade” da população preta e parda, e sim um lugar minoritário que o racismo institucional e a branquitude racista querem resumir a esse povo. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro que atravessa a política, cultura e economia, assegurando privilégios para um dos grupos e relegando péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para a população preta e parda.



E se formos nos aprofundar nos dados do IBGE em que a maioria da população brasileira se autodeclara preta, parda ou indígena, já nos questionamos onde está inserida toda essa população? Será que existem espaços de poder, hierarquia, destaque e reconhecimento a esse povo ou apenas um apagamento da sua história, cultura e resistência?

Será que, enquanto sociedade, estamos preparados para iniciar uma reparação histórica justa com igualdade e equidade para o povo Preto, sendo essa iniciativa proposta pela população branca? Ou simplesmente a branquitude predominantemente ocupando espaços de poder, não quer se responsabilizar pelo racismo existente e culpabiliza

seus antepassados pela escravidão e usa da caridade para acobertar as consequências do racismo na vida da população preta, não lhe devolvendo seu lugar de pertencimento e vida digna que lhe foi tirado?

A existência histórica de Movimentos Negros, com muita resistência, vem ganhando força e espaço, principalmente dentro dos órgãos públicos e de direitos humanos. Porém, como diz a escritora Cida Bento (2022) em sua obra literária O Pacto da Branquitude, “as alianças construídas pelos brancos que são determinantes para a perpetuação do racismo e do abismo que ele provoca”, ou seja, o combate ao racismo em todas as esferas da sociedade deve ser combatido, principalmente por pessoas brancas, trazendo para si a responsabilidade histórica do racismo estrutural. “Branquitude”, essa, que pode ser definida como um lugar estrutural de onde o sujeito branco

vê os outros e a si mesmo. Uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo: a cor da pele, a cultura e costumes.

Mas será que, além da população preta ter que lutar contra o racismo, ainda tem que lutar contra o “pacto da branquitude”? Pacto esse, que ganha cada vez mais força, mais espaço e domínio sobre o corpo da pessoa preta e toda a sua representatividade. O debate étnico-racial está amadurecendo e avançando no Brasil, mas ainda faltam pessoas brancas compreendendo o racismo e sua responsabilidade no combate ao mesmo a partir de um lugar de conforto que o racismo estrutural ao longo da história o colocou e, o lugar de privilégio que essa estrutura lhe cedeu.

O enfrentamento ao racismo é, em conjunto, desconstruir estruturas racistas que a sociedade impõe. É necessário pensar uma outra forma de combate com reparação histórica. Para combater o racismo é preciso discutir desigualdade, quando a gente conhece a origem social das desigualdades, a gente vai entender as reivindicações históricas dos movimentos negros e teremos compreensão da importância de refletir além do seu lugar social e como ele foi construído historicamente. É preciso ter uma consciência, de fato, de como combater uma estrutura social racista.

### Referências Bibliográficas

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Racismo no Brasil**: todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista. BBC News Brasil, Londres, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52922015>. Acesso em: 19 de novembro de 2023.



**Expediente:** Este boletim é uma publicação do CRESS 12ª Região - Gestão 2023-2026.

**Comissão de Comunicação:** Aline Donata Dickmann, Bruno Gonçalves Gavião, Cassiano Ferraz, Flávia de Brito Souza, Jéssica Degrandi, Latoya de Oliveira Costa Ramos da Silva, Rodrigo Faria Pereira e Simone Dalbello.

**Diagramação:** Cassiano Ferraz - Assessor de Comunicação ([comunicacao@cress-sc.org.br](mailto:comunicacao@cress-sc.org.br))